

Acta N.º 6/2008	
Livro N.º	Folha N.º
34	219

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**ACTA N.º 6/2008 DE 19 DE MARÇO DE 2008**

----- Aos dezanove dias do mês de Março do ano de dois mil e oito, nesta Vila-Sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a sexta reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, sob a Presidência do Sr. Manuel Marques Custódio, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, estando presente toda a Vereação, o Vereador a Meio Tempo, Sr. Jorge Oliveira Pinto, Vice - Presidente da Câmara, e os Srs. Vereadores Avantino Loureiro Beleza, António César Silva Rodrigues Fonseca e José Morgado Ribeiro. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Assistente Administrativo Principal, Teresa Cristina Mota de Almeida Santos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e dezoito minutos, e verificando-se haver “quorum” para funcionamento do Executivo e tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião, cuja ordem do dia foi remetida oportunamente à Vereação nos termos legais.-----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Antes de se iniciar a análise da “Ordem do Dia”, o Sr. Presidente propôs ao Executivo a inserção na ordem do dia dos assuntos a seguir indicados, o que foi unanimemente autorizado pelo Executivo.-----

----- **a) Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro, de Vila Nova de Paiva**– Por ofício n.º179, de 03.03.2008 e registado em 04.03.2008, solicita atribuição de verba para despesas de publicação do jornal escolar “O Malhadinhas”, referente ao ano de 2007.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, autorizar a concessão de um subsídio no montante de € 200,00 (duzentos euros), para apoio à publicação do jornal escolar. -----

----- **b) Associação de Solidariedade e Cultural Cruz de Malta, de Vila Cova à Coelheira**- Por requerimento datado e registado em 17.03.2008, solicita, ao abrigo do n.º 7 do artigo n.º30 do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, a redução até 80% do pagamento das taxas referentes à emissão de Licença de ampliação do seu edifício sede sito no lugar da Relva, em Vila Cova à Coelheira.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, e ao abrigo do n.º 7 do art.º30.º Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, autorizar a redução de taxas em 80% (oitenta por cento), dado tratar-se de uma instituição particular de solidariedade social.-----

----- De seguida foram prestadas algumas informações, pelo Sr. Presidente: -----

----- a) **Inauguração do Parque Botânico Arbutus do Demo** - O Sr. Presidente informou que o Parque Botânico será inaugurado no próximo dia 3 de Maio, evento que será presidido pelo Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, e convidou a Vereação a estar presente.-----

----- De seguida passou-se à análise da **ORDEM DO DIA**, como segue:-----

----- **1- Apreciação e votação do texto definitivo da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 5 de Março de 2008.**-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da acta em epígrafe, aprovada em minuta na própria reunião.-----

-----**OBRAS PÚBLICAS**-----

----- **Por Empreitada** -----

----- a) Empreitada de “**Construção do Caminho Agrícola do Paúl**”, em Alhais-Adjudicatário:–Embeiral – Empreiteiros das Beiras, S. A.- Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos adicionais n.º 1 (Proposta adicional n.º 4), no valor, excluído o IVA, de € 4.800,00 (quatro mil e oitocentos euros)- Informação N.º47-P/08, de 2008.03.03.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção do Sr. Vereador Avantino Beleza, alegando desconhecer o processo, aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento.-----

-----**OBRAS PARTICULARES**-----

----- **Licenciamento de Obras Particulares**-----

----- a) Licenciamento de Obras Particulares no âmbito de competência delegada e subdelegada no período compreendido entre o dia 18 e 25 de Fevereiro de 2008.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento das decisões tomadas no âmbito de competência delegada e subdelegada, conforme listagem da Divisão de Urbanismo e Ambiente presente à reunião, que aqui se dá por reproduzida e arquivada na pasta anexa ao livro de actas das reuniões camarárias. -----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

----- a) **Escola de Condução Irmãos Tavares, de Vila Nova de Paiva**– Por ofício datado de 12.02.2008 e registado em 13.02.2008, solicita a cedência de uma área de estacionamento de veículos de instrução, reservado à Escola de condução.-----

----- O assunto foi discutido pelo Executivo e ponderadas as diferentes vertentes do estacionamento nos termos requeridos já em reunião de 21 de Novembro de 2007. O n.º 7 do art.º 9.º do Decreto Regulamentar n.º 5/98, de 9 de Abril (que regulamenta a disciplina do ensino da condução), dispõe que “*as escolas de condução devem dispor de áreas próprias de estacionamento para os veículos licenciados, junto às suas instalações.*” No entanto a escola apresenta agora nova localização para o estacionamento pretendido, para

Acta N.º 6/2008	
Livro N.º	Folha N.º
34	219

veículos ligeiros na Av. Padre José Sá Marques e para o camião na Rua Júlio Fonseca e Sousa, que já não colidirá com os interesses dos moradores da zona.-----

----- Por outro lado não há regulamentação municipal quanto à forma de disponibilização de espaços públicos de estacionamento e respectivas contrapartidas.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a disponibilização dos espaços públicos de estacionamento pretendidos para estacionamento das viaturas da Escola de Condução, a título provisório quanto à forma e contrapartidas, situação que será revista aquando da elaboração de regulamento municipal para o efeito. Deverão os serviços da Divisão de Obras Municipais (DOM) proceder à instalação das placas de sinalização adequadas no prazo de quinze dias.-----

----- **b) Processos de contra ordenação do ano de 2006 da competência da Câmara Municipal** - apreciação e decisão. -----

----- **1- Processo n.º1/2006, Autuada - Maria Celeste Paiva Lopes, residente na Avenida do Calvário, n.º 9, Freguesia do Touro, Município de Vila Nova de Paiva - Remodelação de terreno sem licença, no lugar de Nave, freguesia de Touro.** -----

-----**DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações o Executivo deliberou por unanimidade tomar a seguinte DECISÃO, conforme art.º 58º do Dec-Lei n.º 433/82: -----

DO AUTO DE NOTICIA:-----

1- No dia quinze de Dezembro de dois mil e cinco foi instaurado auto de notícia de contra ordenação à arguida acima referenciada, pelos seguintes motivos:-----

Na parcela de terreno situada na propriedade denominada Nave – Perímetro Florestal de Leomil sita no concelho de Vila Nova de Paiva – Lugar de Laje Gorda, “ se procedeu à plantação de eucaliptos em cerca de 0,8 há, a compasso médio de 3,5X1,20 metros, com mobilização do solo de lavoura simples que não tem fins agrícolas, havendo com isso alteração do coberto vegetal, não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a cinquenta hectares, nem a prejudicar terrenos cultivados vizinhos (...) -----

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros.-----

DO PROCESSO:-----

1- O processo de contra-ordenação é regulado pelo Dec-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei 244/95, de 14 de Setembro. -----

2- Nos termos do mesmo, e de acordo com o artigo 50º, deve ser assegurada previamente a possibilidade ao arguido de se pronunciar sobre o caso e apresentar as testemunhas que achar por conveniente, a esse facto se reporta a fls 5 do processo, ou seja foi notificado o arguido

por ofício 101/Gabinete Jurídico/06, de 29/08/2006 registado com aviso de recepção e recebido.-----

3- Do direito supra concedido, veio a autuada prestar os seguintes esclarecimentos, dos quais se retiram os seguintes excertos: “...a arguida não é proprietária do terreno em questão, a propriedade é do seu marido...Ambos são casados em comunhão geral de bens. Desconhecia que a plantação de eucaliptos carecia de qualquer tipo de licença. A plantação efectuada teve por fim deixar o terreno em melhores condições do que tinha anteriormente. Vai proceder ao imediato licenciamento dos eucaliptos em questão”-----

4- Não apresentou testemunhas.-----

DOS FACTOS PROVADOS:-----

1- Ponderadas as declarações prestadas formou esta autoridade administrativa a seguinte convicção:-----

- A autuada no dia e hora acima assinaladas violou o disposto na norma incriminadora, ou seja na parcela de terreno situada na propriedade denominada Nave – Perímetro Florestal de Leomil sita no concelho de Vila Nova de Paiva – Lugar de Laje Gorda procedeu à plantação de eucaliptos em cerca de 0,8 há, a compasso médio de 3,5X1,20 metros, com mobilização do solo de lavoura simples que não tem fins agrícolas, havendo com isso alteração do coberto vegetal, não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a cinquenta hectares, nem a prejudicar terrenos cultivados vizinhos. Não possuía qualquer autorização. -----

- DOS FUNDAMENTO DE DIREITO:-----

1-O acto preconizado pela autuada consubstancia a prática de uma contra ordenação por violação do art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros.-----

2- Os factos descritos, em nosso entender, porquanto ficou provado que a referida plantação foi efectuada pelo autuado uma vez que este não o negou aquando da sua defesa, decorrendo da mesma que lhe pode ser imputada a autoria material dos factos.-----

3- Existe nexo de causalidade entre a prática desses factos e o seu resultado, o que consubstancia a culpa dos seus actos.-----

4- Não ficou provado, que a autuada agiu com dolo, ou seja praticou os actos com intenção, nos termos do art.º 8, da Lei Quadro.-----

5- De facto, atentas as declarações do autuado bem como a circunstância da existência de lei específica pouco conhecida por parte do mesmo induziu-o em erro.-----

6- Efectivamente, não há muito tempo, as próprias Juntas de Freguesia subsidiadas pela Administração Central, levaram a cabo acções de reflorestação de grandes áreas.-----

Acta N.º 6/2008	
Livro N.º	Folha N.º
34	219

7- O que fez com que motivasse muitos munícipes a reflorestar por iniciativa própria os seus terrenos, de forma a rentabilizá-los da melhor forma possível.-----

8- Com o intuito de obterem algum lucro dos seus prédios.-----

9- Ou seja, tais entidades, mais do que incentivar, induziram as populações em erro.-----

DA DECISÃO:-----

Na medida de aplicação da coima, de acordo com o art.º 18, da Lei Quadro, deve a Autoridade Administrativa que a aplica ter em consideração os seguintes indicadores:-----

- Gravidade da Contra Ordenação.-----

- Culpa do agente.-----

- A sua situação económica.-----

- E o benefício económico que este retirou da prática da contra ordenação.-----

A estes, acresce ainda de acordo com critérios de equidade adoptados pela Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva o facto de ser a primeira vez que o agente é alvo de processo de contra ordenação na Câmara Municipal, a censurabilidade do acto, bem como a conduta adoptada pelo autuado na remoção ou reparação da ilicitude.-----

ASSIM:-----

Quanto à gravidade da infracção, o fim visado pela norma violada em nossa opinião tem por finalidade assegurar o salutar equilíbrio ambiental ao não permitir a plantação exaustiva de árvores de crescimento rápido, que são por natureza espécies de algum desequilíbrio ecológico.-----

No que concerne à culpa ela foi já atrás apreciada, em suma, não ficou provado que a arguida agiu com culpa.-----

Quanto à situação económica o agente nenhuma referência fez, aquando das suas declarações, de que não possuía condições para suportar o pagamento da coima. Ainda com a prática da contra ordenação o agente retirou o benefício económico inerente à rentabilização dos eucaliptos.-----

Acresce que é a primeira vez que o agente é autuado pela prática de uma moldura, desta natureza.-----

Ainda, a autuada procedeu ao licenciamento da referida plantação, o que afasta a ilicitude protegida pela norma jurídica (mobilização de solo) senão vejamos,-----

Como atrás se referiu, o intuito do legislador foi assegurar o salutar equilíbrio ambiental ao não permitir a plantação exaustiva de árvores de crescimento rápido, que são por natureza espécies de algum desequilíbrio ecológico. Ora, a autuada, ao obter a respectiva autorização, e mais do que isso, ao ter-lhe sido concedida a mesma, entendeu a entidade competente que esse equilíbrio ambiental estaria assegurado.-----

Sucede que a autada efectuou a plantação em Fevereiro de 2004, cfr. folhas 9 do presente processo e o auto foi instaurado em Dezembro de 2005.-----

Ora, o art.º 27, alínea c) da Lei-Quadro das contra-ordenações estipula que prescrevem no prazo de um ano as coimas até ao limite de 2493,99 euros e a coima máxima prevista neste caso é de 997,60 euros. -----

DA DECISÃO:-----

NESTES TERMOS, o presente procedimento prescreveu pelo que deve ser arquivado.-----

-----**2- Processo n.º6/2006, Autuado – Jorge Martins Caldeira, residente na Rua Central, n.º75, Freguesia do Touro, Município de Vila Nova de Paiva - Remodelação de terreno sem licença, nos lugares de Seixo e Geraldinho, freguesia de Touro.** -----

-----**DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações o Executivo deliberou por unanimidade tomar a seguinte DECISÃO, conforme art.º 58º do Dec-Lei n.º 433/82: -----

DO AUTO DE NOTICIA:-----

1- No dia vinte e três de Junho de dois mil e seis, pelas dezasseis horas, no lugar de “Seixo” e “Geraldinho” – Touro, foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao arguido acima referenciado, pelos seguintes motivos:-----

- “... nas parcelas de terreno acima identificadas, verificou-se a existência de plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), propriedade do “Seixo” aproximadamente 700m² com compasso médio de 1.9X1 metro, propriedade de “Geraldinho” aproximadamente 900m² com compasso médio de 1.8x1.3m, com mobilização de solo em lavoura continua sem fins agrícolas, havendo com isso alteração do coberto vegetal, não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a 50 ha”. Não possuía qualquer autorização.-----

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros. ----

DO PROCESSO:-----

1- O processo de contra-ordenação é regulado pelo Dec-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei 244/95, de 14 de Setembro. -----

2- Nos termos do mesmo, e de acordo com o artigo 50º, deve ser assegurada previamente a possibilidade ao arguido de se pronunciar sobre o caso e apresentar as testemunhas que achar por conveniente, a esse facto se reporta a fls 4 do processo, ou seja foi notificado o arguido por ofício 105/Gabinete Jurídico/06, de 29/08/2006 registado com aviso de recepção e recebido.-----

3- Do direito supra concedido, a autuado não prestou quaisquer esclarecimentos pese embora tenha comparecido no dia e hora designado recusou-se a prestar declarações.-----

DOS FACTOS PROVADOS:-----

Acta N.º 6/2008	
Livro N.º	Folha N.º
34	219

1- Ponderadas as declarações prestadas formou esta autoridade administrativa a seguinte convicção:-----

- O autuado no dia e hora acima assinaladas violou o disposto na norma incriminadora, ou seja nas parcelas de terreno acima identificadas, verificou-se a existência de plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), propriedade do “Seixo” aproximadamente 700m² com compasso médio de 1.9X1 metro, propriedade de “Geraldinho” aproximadamente 900m² com compasso médio de 1.8x1.3m, com mobilização de solo em lavoura continua sem fins agrícolas, havendo com isso alteração do coberto vegetal, não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a 50 ha”. -----

Não possuía qualquer autorização da DGRF, nem da Câmara Municipal.-----

DOS FUNDAMENTO DE DIREITO:-----

1- O acto preconizado pela autuada consubstancia a prática de uma contra ordenação por violação do art.º 1, n.º 1, alínea a) do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros, porquanto carecem de licença das Câmaras Municipais as acções de destruição do revestimento vegetal que não tenham fins agrícolas.-----

2- E, o autuado não possuía qualquer licença da Câmara Municipal.-----

3- Ora, cfr. decorre dos factos narrados nos autos e não contestados pelo autuado este efectuou uma mobilização de solo em lavoura continua sem fins agrícolas. -----

4- Os factos descritos, em nosso entender, foram imputados ao autuado, porquanto ficou provado que a referida plantação foi efectuada pelo autuado uma vez que este não o negou não tendo apresentado defesa, sendo-lhe assim imputada a autoria material dos factos.-----

5- Existe nexo de causalidade entre a prática desses factos e o seu resultado, o que consubstancia a culpa dos seus actos.-----

6- Não ficou provado, que o agente agiu com dolo, ou seja praticou os actos com intenção, nos termos do art.º 8, da Lei Quadro.-----

DA DECISÃO:-----

Na medida de aplicação da coima, de acordo com o art.º 18, da Lei Quadro, deve a Autoridade Administrativa que a aplica ter em consideração os seguintes indicadores:-----

- Gravidade da Contra Ordenação.-----

- Culpa do agente.-----

- A sua situação económica.-----

- E o benefício económico que este retirou da prática da contra ordenação.-----

A estes, acresce ainda de acordo com critérios de equidade adoptados pela Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva o facto de ser a primeira vez que o agente é alvo de

processo de contra ordenação na Câmara Municipal, a censurabilidade do acto, bem como a conduta adoptada pelo autuado na remoção ou reparação da ilicitude.-----

Ao efectuar a plantação em dois locais diversos (seixo e Geraldinho) o autuado incorreu na prática de duas acções ilícitas. Todavia atento o estipulado no art.º 19 apenas pode ser aplicada uma única coima resultante da soma das coimas concretamente aplicáveis às infracções em concurso, a qual tem os seus limites balizados não podendo exceder o dobro do limite máximo mais elevado das contra ordenações em concurso, nem ser inferior à mais elevada das coimas concretamente aplicadas às várias contra ordenações.-----

È aqui estipulado o cumulo material mitigado ou cumulo jurídico, em termos semelhantes ao regime de punição do concurso de crimes em direito penal.-----

Todavia é minha opinião que aqui não existe um concurso de crime tout court mas uma contra ordenação continuada, regulada pelo art.º 30.º n.º 2 do código penal, ex vi art.º 32º.---

ASSIM:-----

Quanto à gravidade da infracção, o fim visado pela norma violada em nossa opinião tem por finalidade assegurar o salutar equilíbrio ambiental ao não permitir a plantação exaustiva de arvores de crescimento rápido, que são por natureza espécies de algum desequilíbrio ecológico.-----

No que concerne à culpa ela foi já atrás apreciada, em suma, não ficou provado que o arguido agiu com culpa.-----

Quanto à situação económica o agente nenhuma referência fez de que não possuía condições para suportar o pagamento da coima aquando das suas declarações porque não as prestou,. Ainda com a prática da contra ordenação o agente retirou o benefício económico inerente à rentabilização dos eucaliptos.-----

Acresce que é a primeira vez que o agente é autuado pela prática de uma moldura, desta natureza.-----

Sucede que o autuado referiu que a plantação foi efectuada em Janeiro de 2005.-----

Os serviços da Câmara Municipal confirmam a previsibilidade da data de plantação como sendo de início de 2005, cfr. folhas 8.-----

O auto de contra ordenação foi instaurado em 23 de Junho de 2006.-----

Ora, o art.º 27, alínea c) da Lei-Quadro das contra-ordenações estipula que prescrevem no prazo de um ano as coimas até ao limite de 2493,99 euros e a coima máxima prevista neste caso é de 997,60 euros.-----

Nestes termos o referido processo prescreveu.-----

-----**3- Processo n.º8/2006, Autuado – Amilcar Augusto Carlos, residente na Rua Principal, n.º57, Freguesia do Touro, Município de Vila Nova de Paiva - Remodelação de terreno sem licença, no lugar de Penedo Encavalado, Póvoa, freguesia de Touro. ---**

Acta N.º 6/2008	
Livro N.º	Folha N.º
34	219

-----**DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações o Executivo deliberou por unanimidade tomar a seguinte DECISÃO, conforme art.º 58º do Dec-Lei n.º 433/82: -----

DO AUTO DE NOTICIA:-----

1- No dia treze de Julho de dois mil e seis, pelas dezoito horas, no lugar de “Penedo Encavalado” – Póvoa, Touro, foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao arguido acima referenciado, pelos seguintes motivos:-----

“...na parcela de terreno acima identificada, verificou-se a existência de plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente 1800m² com compasso médio de 3X1,5 metro, com mobilização de solo em lavoura continua sem fins agrícolas, havendo com isso alteração do coberto vegetal. Não possuía qualquer autorização.”-----

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros.-----

DO PROCESSO:-----

1- O processo de contra-ordenação é regulado pelo Dec-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei 244/95, de 14 de Setembro. -----

2- Nos termos do mesmo, e de acordo com o artigo 50º, deve ser assegurada previamente a possibilidade ao arguido de se pronunciar sobre o caso e apresentar as testemunhas que achar por conveniente, a esse facto se reporta a fls... do processo, ou seja foi notificado o arguido por ofício 109/Gabinete Jurídico/06, de 29/08/2006 registado com aviso de recepção e recebido. -----

3- Do direito supra concedido, veio o autuado prestar os seguintes esclarecimentos, dos quais se retiram os seguintes excertos: “O arguido diz que irá proceder ao arranque das árvores alvo de contra ordenação no prazo de um mês (...) não tem condições económicas para proceder ao pagamento da coima, que é elevada, uma vez que é agricultor e como rendimentos só tem o que retira das terras em bens. Desconhecia que a plantação de eucaliptos carecia de licença ou autorização, e que se soubesse de tal, nunca teria plantado os mesmos sem ter previamente requerido esta. E desconhece tal facto porque mal sabe ler e não tem formação para que pudesse ter um conhecimento mínimo de tal necessidade de licença ou autorização.”-----

4- Não apresentou testemunhas.-----

DOS FACTOS PROVADOS:-----

1- Ponderadas as declarações prestadas formou esta autoridade administrativa a seguinte convicção:-----

- O autuado no dia e hora acima assinaladas violou o disposto na norma incriminadora, ou seja “na parcela de terreno acima identificada, verificou-se a existência de plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente 1800m² com compasso

médio de 3X1,5 metro, com mobilização de solo em lavoura continua sem fins agrícolas, havendo com isso alteração do coberto vegetal. Não possuía qualquer autorização”-----

DOS FUNDAMENTOS DE DIREITO:-----

1- O acto preconizado pela autuada consubstancia a prática de uma contra ordenação por violação do art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros. -----

2- Os factos descritos, em nosso entender, foram imputados ao autuado, porquanto ficou provado que a referida plantação foi efectuada pelo autuado uma vez que este não o negou aquando da sua defesa, decorrendo da mesma que lhe pode ser imputada a autoria material dos factos.-----

3- Existe nexo de causalidade entre a prática desses factos e o seu resultado, o que consubstancia a culpa dos seus actos.-----

4- Não ficou provado, que o agente agiu com dolo, ou seja praticou os actos com intenção, nos termos do art.º 8, da Lei Quadro.-----

5- De facto, atentas as declarações do autuado bem como a circunstância da existência de lei específica pouco conhecida por parte do mesmo induziu-o em erro.-----

6- Efectivamente, não há muito tempo, as próprias Juntas de Freguesia subsidiadas pela Administração Central, levaram a cabo acções de reflorestação de grandes áreas.-----

7- O que fez com que motivasse muitos municípios a reflorestar por iniciativa própria os seus terrenos, de forma a rentabilizá-los da melhor forma possível.-----

8- Com o intuito de obterem algum lucro dos seus prédios.-----

9- Ou seja, tais entidades, mais do que incentivar, induziram as populações em erro.-----

DA DECISÃO:-----

Na medida de aplicação da coima, de acordo com o art.º 18, da Lei Quadro, deve a Autoridade Administrativa que a aplica ter em consideração os seguintes indicadores:-----

- Gravidade da Contra Ordenação.-----

- Culpa do agente.-----

- A sua situação económica.-----

- E o benefício económico que este retirou da prática da contra ordenação.-----

A estes, acresce ainda de acordo com critérios de equidade adoptados pela Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva o facto de ser a primeira vez que o agente é alvo de processo de contra ordenação na Câmara Municipal, a censurabilidade do acto, bem como a conduta adoptada pelo autuado na remoção ou reparação da ilicitude.-----

ASSIM:-----

Quanto à gravidade da infracção, o fim visado pela norma violada em nossa opinião tem por finalidade assegurar o salutar equilíbrio ambiental ao não permitir a plantação exaustiva de

Acta N.º 6/2008	
Livro N.º	Folha N.º
34	219

árvores de crescimento rápido, que são por natureza espécies de algum desequilíbrio ecológico.-----

No que concerne à culpa ela foi já atrás apreciada, em suma, não ficou provado que o arguido agiu com culpa.-----

Quanto à situação económica o agente, aquando das suas declarações, referiu de não possuía condições para suportar o pagamento da coima que é elevada e como agricultor, apenas tem como rendimentos aquilo que retira das terras. -----

Ainda com a prática da contra ordenação o agente retirou o benefício económico inerente à rentabilização dos eucaliptos.-----

Acresce que é a primeira vez que o agente é autuado pela prática de uma moldura, desta natureza.-----

Ainda, o autuado assegurou que irá proceder ao arranque de tal plantação no prazo de um mês.-----

Sucedem que o autuado efectuou a plantação em Janeiro de 2005, cfr. folhas 9 do presente processo e o auto foi instaurado em Julho de 2006.-----

Ora, o art.º 27, alínea c) da Lei-Quadro das contra-ordenações estipula que prescrevem no prazo de um ano as coimas até ao limite de 2493,99 euros e a coima máxima prevista neste caso é de 997,60 euros. -----

DA DECISÃO:-----

NESTES TERMOS, o presente procedimento prescreveu pelo que deve ser arquivado.-----

-----**4- Processo n.º13/2006, Autuado – Manuel da Costa Rebelo, residente na Rua do Poupinho, n.º3, Freguesia do Touro, Município de Vila Nova de Paiva - Remodelação de terreno sem licença, no lugar de Cisões, freguesia de Touro.** -----

-----**DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações o Executivo deliberou por unanimidade tomar a seguinte DECISÃO, conforme art.º 58º do Dec-Lei n.º 433/82: -----

DO AUTO DE NOTICIA:-----

1- No dia vinte e um de Maio de dois mil e seis foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao arguido acima referenciada, pelos seguintes motivos:-----

“Na parcela de terreno sita em “Cisões”, Touro, percorrida por incêndio florestal à cinco anos, a existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em cerca de 1400 metros quadrados, com compasso médio de 2,5X2,3 m, com mobilização de solo de lavoura simples que não tem fins agrícolas, havendo com isso alteração do coberto, vegetal, não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a 50 ha.” -----

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, alínea a), do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60.----

O presente processo decorre por ter sido destruído o revestimento vegetal não tendo tal destruição fim agrícola, sem que o autuado estivesse munido de licença passada pela Câmara Municipal.-----

DO PROCESSO:-----

1- O processo de contra-ordenação é regulado pelo Dec-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei 244/95, de 14 de Setembro. -----

2- Nos termos do mesmo, e de acordo com o artigo 50º, deve ser assegurada previamente a possibilidade ao arguido de se pronunciar sobre o caso e apresentar as testemunhas que achar por conveniente, a esse facto se reporta a fls 5 do processo, ou seja foi notificado o arguido por ofício 1634/Gab. Jurídico/06, de 15/11/2006 registado com aviso de recepção e recebido.-----

3- Do direito supra concedido, veio o autuado prestar os seguintes esclarecimentos, dos quais se retiram os seguintes excertos: *Plantou os eucaliptos em Março de 2004. Desconhecia ser necessário existir licenciamento para proceder à plantação de eucaliptos. E já procedeu á sua legalização*". -----

4- Não apresentou testemunhas.-----

DOS FACTOS PROVADOS:-----

1- Ponderadas as declarações prestadas bem como informação do serviço florestal a fls. 12 e 14, formou esta autoridade administrativa a seguinte convicção: -----

- A plantação foi efectuada pelo menos em 2005, vide informação do serviço florestal a folhas 14.-----

- O autuado requereu o licenciamento tendo sido concedido a 22 de Maio de 2007, vide informação do serviço florestal a folhas 12.-----

DOS FUNDAMENTO DE DIREITO:-----

- O acto preconizado pela autuada consubstancia a prática de uma contra ordenação por violação do art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros.-----

2- Dispõe a alínea c) do art.º 27 da Lei quadro das contra ordenações, acima citado, que prescrevem no prazo de um ano as contra ordenações a que seja aplicável uma coima de montante até 2493,99 euros.-----

3- O autuado procedeu à plantação pelo menos no início de 2005, segundo os serviços técnicos da câmara, sendo que o autuado refere que foi efectuada em Março de 2004.-----

4- O auto de contra ordenação foi instaurado em 21 de Maio de 2006.-----

5- Ora, o procedimento prescreveu. -----

NESTES TERMOS, propõem-se o arquivamento do presente processo.-----

Acta N.º 6/2008	
Livro N.º	Folha N.º
34	219

-----**5- Processo n.º14/2006, Autuado – José Ramos Custódio, residente na Rua da Felicidade, n.º23, Póvoa, Freguesia do Touro, Município de Vila Nova de Paiva - Remodelação de terreno sem licença, no lugar de Vale de Porcas, Póvoa, freguesia de Touro.**-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações o Executivo deliberou por unanimidade tomar a seguinte DECISÃO, conforme art.º 58º do Dec-Lei n.º 433/82: -----

DO AUTO DE NOTICIA:-----

1- No dia vinte e seis de Maio de dois mil e seis, pelas dezassete horas, no lugar de “Vale de Porcas”, Póvoa – Touro, foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao arguido acima referenciada, pelos seguintes motivos:-----

“...Na parcela de terreno acima identificada, percorrida por incêndio florestal há cerca de um ano, verificou-se existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente 2500m² com compasso médio de 2,5X1,8 metro, com mobilização de solo de lavoura simples sem fins agrícolas, havendo com isso alteração do coberto vegetal não se encontrando a mesma plantação em linha de continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a cinquenta hectares. Não possuía qualquer autorização.”-----

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros e ainda por infracção ao disposto no n.º1 do art.º 5º do Dec.-Lei n.º 139/88, de 22 de Abril, punível pela alínea c) do art.º 7º deste mesmo diploma, com coima de 249,40 euros a 22445,90 euros.-----

DO PROCESSO:-----

1- O processo de contra-ordenação é regulado pelo Dec-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei 244/95, de 14 de Setembro. -----

2- Nos termos do mesmo, e de acordo com o artigo 50º, deve ser assegurada previamente a possibilidade ao arguido de se pronunciar sobre o caso e apresentar as testemunhas que achar por conveniente, a esse facto se reporta a fls 5 do processo, ou seja foi notificado o arguido por ofício 165/Gabinete Jurídico/06, de 15/11/2006 registado com aviso de recepção e recebido.-----

3- Do direito supra concedido, veio o autuado prestar os seguintes esclarecimentos, dos quais se retiram os seguintes excertos:” *Plantou os eucaliptos em Janeiro de 2005. Desconhecia que a plantação de eucaliptos carecia de licença ou autorização, e que se soubesse de tal, nunca teria plantado os mesmos sem ter previamente requerido esta. Disse ainda que já procedeu ao licenciamento dos eucaliptos. Declarou não possuir rendimentos*

para suportar as coimas em causa, pois é uma pessoa muito doente, vivendo somente de uma reforma no valor de 275,00 euros.”-----

4- Não apresentou testemunhas.-----

DOS FACTOS PROVADOS:-----

1- Ponderadas as declarações prestadas formou esta autoridade administrativa a seguinte convicção:-----

- O autuado no dia e hora acima assinaladas violou o disposto na norma incriminadora, ou seja na parcela de terreno acima identificada, percorrida por incêndio florestal há cerca de um ano, verificou-se existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente 2500m² com compasso médio de 2,5X1,8 metro, com mobilização de solo de lavoura simples sem fins agrícolas, havendo com isso alteração do coberto vegetal não se encontrando a mesma plantação em linha de continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a cinquenta hectares. Não possuía qualquer autorização”.-----

DOS FUNDAMENTO DE DIREITO:-----

1- O acto preconizado pela autuada consubstancia a prática de uma contra ordenação por violação do art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros e ainda por infracção ao disposto no n.º1 do art.º 5º do Dec.-Lei n.º 139/88, de 22 de Abril, punível pela alínea c) do art.º 7º deste mesmo diploma, com coima de 249,40 euros a 22445,90 euros.----

2- Os factos descritos, em nosso entender, foram imputados ao autuado, porquanto ficou provado que a referida plantação foi efectuada pelo autuado uma vez que este afirmou-o aquando da sua defesa, decorrendo da mesma que lhe pode ser imputada a autoria material dos factos.-----

3- Existe nexo de causalidade entre a prática desses factos e o seu resultado, o que consubstancia a culpa dos seus actos.-----

4- Não ficou provado, que o agente agiu com dolo, ou seja praticou os actos com intenção, nos termos do art.º 8, da Lei Quadro.-----

5- De facto, atentas as declarações do autuado bem como a circunstância da existência de lei específica pouco conhecida por parte do mesmo induziu-o em erro.-----

6- Efectivamente, não há muito tempo, as próprias Juntas de Freguesia subsidiadas pela Administração Central, levaram a cabo acções de reflorestação de grandes áreas.-----

7- O que fez com que motivasse muitos municípios a reflorestar por iniciativa própria os seus terrenos, de forma a rentabilizá-los da melhor forma possível.-----

8- Com o intuito de obterem algum lucro dos seus prédios.-----

9- Ou seja, tais entidades, mais do que incentivar, induziram as populações em erro.-----

Acta N.º 6/2008	
Livro N.º	Folha N.º
34	219

DA DECISÃO:-----

Na medida de aplicação da coima, de acordo com o art.º 18, da Lei Quadro, deve a Autoridade Administrativa que a aplica ter em consideração os seguintes indicadores:-----

- Gravidade da Contra Ordenação.-----
- Culpa do agente.-----
- A sua situação económica.-----
- E o benefício económico que este retirou da prática da contra ordenação.-----

A estes, acresce ainda de acordo com critérios de equidade adoptados pela Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva o facto de ser a primeira vez que o agente é alvo de processo de contra ordenação na Câmara Municipal, a censurabilidade do acto, bem como a conduta adoptada pelo autuado na remoção ou reparação da ilicitude.-----

ASSIM:-----

Quanto à gravidade da infracção, o fim visado pela norma violada em nossa opinião tem por finalidade assegurar o salutar equilíbrio ambiental ao não permitir a plantação exaustiva de árvores de crescimento rápido, que são por natureza espécies de algum desequilíbrio ecológico.-----

No que concerne à culpa ela foi já atrás apreciada, em suma, não ficou provado que o arguido agiu com culpa.-----

Quanto à situação económica o agente, aquando das suas declarações, referiu de não possuía condições para suportar o pagamento da coima uma vez que é uma pessoa muito doente vivendo somente de uma reforma com o valor mensal de 275,00 euros. -----

Ainda com a prática da contra ordenação o agente retirou o benefício económico inerente à rentabilização dos eucaliptos.-----

Acresce que é a primeira vez que o agente é autuado pela prática de uma moldura, desta natureza.-----

Ainda, o autuado procedeu ao licenciamento da referida mobilização de solos para plantação de eucaliptos, o que afasta a ilicitude protegida pela norma jurídica senão vejamos,-----

Como atrás se referiu, o intuito do legislador foi assegurar o salutar equilíbrio ambiental ao não permitir a plantação exaustiva de árvores de crescimento rápido, que são por natureza espécies de algum desequilíbrio ecológico. Ora, o autuado, ao obter a respectiva autorização, e mais do que isso, ao ter-lhe sido concedida a mesma, entendeu a entidade competente que esse equilíbrio ambiental estaria assegurado. E para tal controla a mobilização dos solos.-----

Sucede que o autuado referiu que a plantação foi efectuada em Janeiro de 2005.-----

Os serviços da Câmara Municipal confirmam a previsibilidade da data de plantação como sendo de início de 2005, cfr. folhas 12.-----

O auto de contra ordenação foi instaurado em 26 de Maio de 2006.-----
Ora, o art.º 27, alínea c) da Lei-Quadro das contra-ordenações estipula que prescrevem no prazo de um ano as coimas até ao limite de 2493,99 euros e a coima máxima prevista neste caso é de 997,60 euros. -----

DA DECISÃO:-----

NESTES TERMOS, o presente procedimento prescreveu pelo que deve ser arquivado.-----

-----**6- Processos n.º15/2006, 16/2006, 17/2006, 28/2006, 29/2006 e 30/2006- Autuado – Joaquim Santos Rebelo, residente na Rua do Pinhal, n.º2, Póvoa, Freguesia do Touro, Município de Vila Nova de Paiva - Remodelação de terrenos sem licença, nos lugares de Ujos, Póvoa, freguesia de Touro, de Charrascais, freguesia de Alhais, de Aboleiro, Penedo Encavalado, Aboleiro, Partir Pão, Póvoa, freguesia de Touro.** -----

-----**DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações o Executivo deliberou por unanimidade tomar a seguinte DECISÃO, conforme art.º 58º do Dec-Lei n.º 433/82: -----

DO AUTO DE NOTICIA:-----

1- No dia vinte e seis de Maio de dois mil e seis, pelas dezoito horas, no lugar de “Ujos”, Póvoa – Touro, foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao arguido acima referenciada, pelos seguintes motivos:-----

“...Na parcela de terreno acima identificada, percorrida por incêndio florestal há cerca de cinco anos, verificou-se existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente 4800m² com compasso médio de 2X1 metro, com mobilização de solo efectuada por uma máquina, vulgarmente denominada “recta” havendo com isso alteração do coberto vegetal não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a cinquenta hectares. Não possuía qualquer autorização, mas já se tinha dirigido à Câmara municipal para requerer a autorização, pensava ter agido correctamente, e que a plantação tinha sido feita com intenção de rentabilizar o terreno...”-----

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros e ainda por infracção ao disposto no n.º1 do art.º 5º do Dec.-Lei n.º 139/88, de 22 de Abril, punível pela alínea c) do art.º 7º deste mesmo diploma, com coima de 249,40 euros a 22445,90 euros.-----

2- No dia dois de Junho de dois mil e seis, pelas dezoito horas e trinta minutos, no lugar de “Charrascais”, Alhais, foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao arguido acima referenciada, pelos seguintes motivos:-----

“...Na parcela de terreno acima identificada, percorrida por incêndio florestal há cerca de cinco anos, verificou-se existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido

Acta N.º 6/2008	
Livro N.º	Folha N.º
34	219

(eucaliptos), em aproximadamente 2500m² com compasso médio de 3X1,5 metro, com mobilização de solo com isso alteração do coberto vegetal não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a cinquenta hectares. Não possuía qualquer autorização, mas já se tinha dirigido à Câmara municipal para requerer a autorização, pensava ter agido correctamente, e que a plantação tinha sido feita com intenção de rentabilizar o terreno...”-----

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros e ainda por infracção ao disposto no n.º1 do art.º 5º do Dec.-Lei n.º 139/88, de 22 de Abril, punível pela alínea c) do art.º 7º deste mesmo diploma, com coima de 249,40 euros a 22445,90 euros.-----

3- No dia nove de Junho de dois mil e seis, pelas dez horas, no lugar de “Aboleiro”, Póvoa – Touro, foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao arguido acima referenciada, pelos seguintes motivos:-----

“...Na parcela de terreno acima identificada, percorrida por incêndio florestal há cerca de dois anos, verificou-se existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente 1300m² com compasso médio de 2X1,1 metro, com mobilização de solo efectuada por uma máquina, vulgarmente denominada “rectro-escavadora” havendo com isso alteração do coberto vegetal não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a cinquenta hectares. Não possuía qualquer autorização, mas já se tinha dirigido à Câmara municipal para requerer a autorização, pensava ter agido correctamente, e que a plantação tinha sido feita com intenção de rentabilizar o terreno...”-----

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros e ainda por infracção ao disposto no n.º1 do art.º 5º do Dec.-Lei n.º 139/88, de 22 de Abril, punível pela alínea c) do art.º 7º deste mesmo diploma, com coima de 249,40 euros a 22445,90 euros.-----

4- No dia três de Junho de dois mil e seis, pelas dezassete horas, no lugar de “Penedo Encavalado”, Póvoa – Touro, foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao arguido acima referenciada, pelos seguintes motivos:-----

“...Na parcela de terreno acima identificada, percorrida por incêndio florestal há cerca de cinco anos, verificou-se existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente 1200m² com compasso médio de 2X1,5 metro, com mobilização de solo havendo com isso alteração do coberto vegetal não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a

cinquenta hectares. Não possuía qualquer autorização, mas já se tinha dirigido à Câmara municipal para requerer a autorização, pensava ter agido correctamente, e que a plantação tinha sido feita com intenção de rentabilizar o terreno...”-----

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros e ainda por infracção ao disposto no n.º1 do art.º 5º do Dec.-Lei n.º 139/88, de 22 de Abril, punível pela alínea c) do art.º 7º deste mesmo diploma, com coima de 249,40 euros a 22445,90 euros.-----

5- No dia dois de Junho de dois mil e seis, pelas dezoito horas, no lugar de “Aboleiro”, Póvoa – Touro, foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao arguido acima referenciada, pelos seguintes motivos:-----

“...Na parcela de terreno acima identificada, percorrida por incêndio florestal há cerca de seis anos, verificou-se existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente 700m² com compasso médio de 2X1,4 metro, com mobilização de solo havendo com isso alteração do coberto vegetal não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a cinquenta hectares. Não possuía qualquer autorização, mas já se tinha dirigido à Câmara municipal para requerer a autorização, pensava ter agido correctamente, e que a plantação tinha sido feita com intenção de rentabilizar o terreno...”-----

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros e ainda por infracção ao disposto no n.º1 do art.º 5º do Dec.-Lei n.º 139/88, de 22 de Abril, punível pela alínea c) do art.º 7º deste mesmo diploma, com coima de 249,40 euros a 22445,90 euros.-----

6- No dia dois de Junho de dois mil e seis, pelas dez horas, no lugar de “Partir Pão”, Póvoa – Touro, foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao arguido acima referenciada, pelos seguintes motivos:-----

“...Na parcela de terreno acima identificada, percorrida por incêndio florestal há cerca de cinco anos, verificou-se existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente 5000m² com compasso médio de 1.8X1.2 metro, com mobilização de solo havendo com isso alteração do coberto vegetal não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a cinquenta hectares. Não possuía qualquer autorização, mas já se tinha dirigido à Câmara municipal para requerer a autorização, pensava ter agido correctamente, e que a plantação tinha sido feita com intenção de rentabilizar o terreno...”-----

Acta N.º 6/2008	
Livro N.º	Folha N.º
34	219

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros e ainda por infracção ao disposto no n.º 1 do art.º 5º do Dec.-Lei n.º 139/88, de 22 de Abril, punível pela alínea c) do art.º 7º deste mesmo diploma, com coima de 249,40 euros a 22445,90 euros.-----

DO PROCESSO:-----

1- O processo de contra-ordenação é regulado pelo Dec-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei 244/95, de 14 de Setembro. -----

2- Nos termos do mesmo, e de acordo com o artigo 50º, deve ser assegurada previamente a possibilidade ao arguido de se pronunciar sobre o caso e apresentar as testemunha que achar por conveniente, a esse facto se reporta a fls 5 do processo, ou seja foi notificado o arguido por ofício 165/Gabinete Jurídico/06, de 15/11/2006 registado com aviso de recepção e recebido.-----

3- Do direito supra concedido, veio o autuado prestar os seguintes esclarecimentos, dos quais se retiram os seguintes excertos: *Plantou os eucaliptos há cerca de dois anos. Desconhecia que a plantação de eucaliptos carecia de licença ou autorização, e que se soubesse de tal, nunca teria plantado os mesmos sem ter previamente requerido esta. Disse ainda que já procedeu ao licenciamento dos eucaliptos. Declarou não possuir rendimentos para suportar as coimas em causa, pois é uma pessoa muito doente, vivendo somente de uma reforma de invalidez no valor de 249,00 euros...* -----

4- Não apresentou testemunhas.-----

5- O presente processo de contra ordenação ocorre por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros, uma vez que é esta a única contra-ordenação da competência desta autarquia.-----

6- Nos termos do art.º 19º o autuado é apenas punido com uma coima cujo limite máximo resulta da soma das coimas concretamente aplicadas à infracção em concurso.-----

DOS FACTOS PROVADOS:-----

Ponderadas as declarações prestadas formou esta autoridade administrativa a seguinte convicção:-----

O autuado nos dias e horas acima assinaladas violou o disposto na norma incriminadora, ou seja nas parcelas de terreno acima identificadas, verificou-se existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos) e consequente destruição do revestimento vegetal sem que fosse para fins agrícolas. Não possuía qualquer autorização, ou licença.-----

DOS FUNDAMENTOS DE DIREITO:-----

1- O acto preconizado pelo autuado consubstancia a prática de seis contra ordenações por violação do art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constituindo contra ordenação previstas e punidas no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros. -----

2- Os factos descritos, em nosso entender, foram imputados ao autuado, porquanto ficou provado que nos dias e horas acima indicados o mesmo praticou efectivamente as infracções constantes nos autos, uma vez que este o afirmou aquando da sua defesa.-----

3- Existe nexo de causalidade entre a prática desses factos e o seu resultado, o que consubstancia a culpa dos seus actos.-----

4- Não ficou provado, que o agente agiu com dolo, ou seja praticou os actos com intenção, nos termos do art.º 8, da Lei Quadro.-----

5- O arguido incorre no concurso de contra ordenações, estipulado no art.º 19 da Lei Quadro, porquanto praticou seis infracções punidas todas com contra ordenação.-----

DA DECISÃO:-----

Na medida de aplicação da coima, de acordo com o art.º 18, da Lei Quadro, deve a Autoridade Administrativa que a aplica ter em consideração os seguintes indicadores:-----

- Gravidade da Contra Ordenação.-----

- Culpa do agente.-----

- A sua situação económica.-----

- E o benefício económico que este retirou da prática da contra ordenação.-----

A estes, acresce ainda de acordo com critérios de equidade adoptados pela Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva o facto de ser a primeira vez que o agente é alvo de processo de contra ordenação na Câmara Municipal, a censurabilidade do acto, bem como a conduta adoptada pelo autuado na remoção ou reparação da ilicitude.-----

ASSIM:-----

Quanto à gravidade da infracção, o fim visado pela norma violada em nossa opinião tem por finalidade assegurar o salutar equilíbrio ambiental ao não permitir a plantação exaustiva de arvores de crescimento rápido, que são por natureza espécies de algum desequilíbrio ecológico.-----

No que concerne à culpa ela foi já atrás apreciada, em suma, foi provado que o arguido agiu com culpa.-----

De facto, atentas as declarações do autuado bem como a circunstância da existência de lei específica pouco conhecida por parte do mesmo induziu-o em erro.-----

Efectivamente, não há muito tempo, as próprias Juntas de Freguesia subsidiadas pela Administração Central, levaram a cabo acções de reflorestação de grandes áreas.-----

O que fez com que motivasse muitos munícipes a reflorestar por iniciativa própria os seus terrenos, de forma a rentabilizá-los da melhor forma possível.-----

Acta N.º 6/2008	
Livro N.º	Folha N.º
34	219

Com o intuito de obterem algum lucro dos seus prédios.-----
Ou seja, tais entidades, mais do que incentivar, induziram as populações em erro.-----
Quanto à situação económica o agente referiu aquando das suas declarações, de que não possuía condições para suportar o pagamento da coima.-----
Consultado os Serviços Sociais da Autarquia constata-se que o autuado aufere uma pensão de invalidez de 249,00 euros e que sofre de cancro gástrico, cfr. declaração constante no processo a fls. 39 a 41.-----
Ainda com a prática da contra ordenação o agente retirou o benefício económico inerente à rentabilização dos eucaliptos.-----
Acresce que é a primeira vez que o agente é autuado pela prática de uma moldura, desta natureza.-----
Ainda, os seis autos foram instaurados em:-----
- 26 de Maio de 2006;-----
- 02 de Junho de 2006;-----
- 09 de Junho de 2006;-----
- 03 de Junho de 2006;-----
- 02 de Junho de 2006;-----
- 02 de Junho de 2006;-----
Em Novembro de 2006 os serviços técnicos da autarquia referiram que as árvores estavam colocadas à mais ou menos dois anos, cfr. folhas 46 a 50 do processo.-----
O autuado também afirmou nas suas declarações que tinha plantado as árvores à mais ou menos dois anos.-----
Se as árvores foram plantadas à dois anos a mobilização de solos também o foi, porque é anterior.-----
NESTES TERMOS, e após ponderação da matéria constante nos autos decide-se:-----
Nos termos do art.º 27º da Lei quadro os presentes processos de contra ordenação encontram-se prescritos pelo que devem ser arquivados uma vez que o movimento de terras foi efectuado à dois anos no mínimo, cfr. constatarem os serviços florestais a fls. 46 a 50 do processo.-----
Notifique-se nos termos legais. -----
-----7- **Processos n.º18/2006, 19/2006, 20/2006, 21/2006, 22/2006, 23/2006, 24/2006, 25/2006, 26/2006 e 27/2006 – Autuado - Manuel Cardoso Machado, residente na Rua da Felicidade, n.º19, Póvoa, Freguesia do Touro, Município de Vila Nova de Paiva - Remodelação de terrenos sem licença, nos lugares de Aboleiro, Partir Pão, Messado, Tapada, Vale Carvalhos, Ramada, Póvoa, freguesia de Touro.**-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações o Executivo deliberou por unanimidade tomar a seguinte DECISÃO, conforme art.º 58º do Dec-Lei n.º 433/82: -----

DO AUTO DE NOTICIA:-----

1- No dia cinco de Junho de dois mil e seis, pelas dezassete horas e quinze minutos, no lugar de “Aboleiro”, Póvoa – Touro, foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao arguido acima referenciado, pelos seguintes motivos:-----

“...Na parcela de terreno acima identificada, em área percorrida por incêndio florestal há cerca de cinco anos, verificou-se existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente 900m² com compasso médio de 1,5X1 metro, com mobilização de solo de lavoura simples sem fim agrícola, havendo com isso alteração do coberto vegetal não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a cinquenta hectares. Não possuía qualquer autorização da DGRF, desconhecendo que tal fosse necessário, e que a plantação tinha sido feita com intenção de rentabilizar o terreno...”-----

- Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros e ainda por infracção ao disposto no n.º1 do art.º 5º do Dec.-Lei n.º 139/88, de 22 de Abril, punível pela alínea c) do art.º 7º deste mesmo diploma, com coima de 249,40 euros a 22445,90 euros.-----

2- No dia cinco de Junho de dois mil e seis, pelas dezassete horas, no lugar de “Aboleiro”, Póvoa, foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao arguido acima referenciado, pelos seguintes motivos:-----

“...Na parcela de terreno acima identificada, em área percorrida por incêndio florestal há cerca de cinco anos, verificou-se existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente 800m² com compasso médio de 1,5X1,2 metro, com mobilização de solo de lavoura simples sem fins agrícolas, havendo com isso alteração do coberto vegetal não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a cinquenta hectares. Não possuía qualquer autorização da DGRF, desconhecendo que tal fosse necessário, e que a plantação tinha sido feita com intenção de rentabilizar o terreno...”-----

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros e ainda por infracção ao disposto no n.º1 do art.º 5º do Dec.-Lei n.º 139/88, de 22 de Abril, punível pela alínea c) do art.º 7º deste mesmo diploma, com coima de 249,40 euros a 22445,90 euros.-----

Acta N.º 6/2008	
Livro N.º	Folha N.º
34	219

3- No dia cinco de Junho de dois mil e seis, pelas dezasseis horas, no lugar de “Aboleiro”, Póvoa – Touro, foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao arguido acima referenciado, pelos seguintes motivos:-----

“...Na parcela de terreno acima identificada, em área percorrida por incêndio florestal há cerca de cinco anos, verificou-se existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente 240m² com compasso médio de 3,5X1,2 metro, com mobilização de solo de lavoura simples sem fins agrícolas, havendo com isso alteração do coberto vegetal não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a cinquenta hectares. Não possuía qualquer autorização da DGRF, desconhecendo que tal fosse necessário, e que a plantação tinha sido feita com intenção de rentabilizar o terreno...”-----

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros e ainda por infracção ao disposto no n.º1 do art.º 5º do Dec.-Lei n.º 139/88, de 22 de Abril, punível pela alínea c) do art.º 7º deste mesmo diploma, com coima de 249,40 euros a 22445,90 euros.-----

4- No dia cinco de Junho de dois mil e seis, pelas quinze horas e quarenta e cinco, no lugar de “Partir Pão”, Póvoa – Touro, foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao arguido acima referenciado, pelos seguintes motivos:-----

“...Na parcela de terreno acima identificada, em área percorrida por incêndio florestal há cerca de cinco anos, verificou-se existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente 290m² com compasso médio de 1,8X1,2 metro, com mobilização de solo de lavoura simples sem fins agrícolas, havendo com isso alteração do coberto vegetal não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a cinquenta hectares. Não possuía qualquer autorização da DGRF, desconhecendo que tal fosse necessário, e que a plantação tinha sido feita com intenção de rentabilizar o terreno...”-----

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros e ainda por infracção ao disposto no n.º1 do art.º 5º do Dec.-Lei n.º 139/88, de 22 de Abril, punível pela alínea c) do art.º 7º deste mesmo diploma, com coima de 249,40 euros a 22445,90 euros.-----

5- No dia cinco de Junho de dois mil e seis, pelas quinze horas e trinta minutos, no lugar de “Aboleiro”, Póvoa – Touro, foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao arguido acima referenciado, pelos seguintes motivos:-----

“...Na parcela de terreno acima identificada, em área percorrida por incêndio florestal há cerca de cinco anos, verificou-se existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente 600m² com compasso médio de 2X1,5 metro, com mobilização de solo de lavoura simples sem fins agrícolas, havendo com isso alteração do coberto vegetal não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a cinquenta hectares. Não possuía qualquer autorização da DGRF, desconhecendo que tal fosse necessário, e que a plantação tinha sido feita com intenção de rentabilizar o terreno...”-----

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros e ainda por infracção ao disposto no n.º1 do art.º 5º do Dec.-Lei n.º 139/88, de 22 de Abril, punível pela alínea c) do art.º 7º deste mesmo diploma, com coima de 249,40 euros a 22445,90 euros.-----

6- No dia cinco de Junho de dois mil e seis, pelas dezasseis horas e trinta minutos, no lugar de “Messado”, Póvoa – Touro, foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao arguido acima referenciado, pelos seguintes motivos:-----

“...Na parcela de terreno acima identificada, em área percorrida por incêndio florestal há cerca de cinco anos, verificou-se existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente 900m² com compasso médio de 2X1,5 metro, com mobilização de solo de lavoura simples sem fins agrícolas, havendo com isso alteração do coberto vegetal não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a cinquenta hectares. Não possuía qualquer autorização da DGRF, desconhecendo que tal fosse necessário, e que a plantação tinha sido feita com intenção de rentabilizar o terreno...”-----

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros e ainda por infracção ao disposto no n.º1 do art.º 5º do Dec.-Lei n.º 139/88, de 22 de Abril, punível pela alínea c) do art.º 7º deste mesmo diploma, com coima de 249,40 euros a 22445,90 euros.-----

7- No dia cinco de Junho de dois mil e seis, pelas dezassete horas e trinta minutos, no lugar de “Tapada”, Póvoa – Touro, foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao arguido acima referenciado, pelos seguintes motivos:-----

“...Na parcela de terreno acima identificada, em área percorrida por incêndio florestal há cerca de cinco anos, verificou-se existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente 2500m² com compasso médio de 2,6X1 metro, com mobilização de solo de lavoura simples sem fins agrícolas, havendo com isso alteração

Acta N.º 6/2008	
Livro N.º	Folha N.º
34	219

do coberto vegetal não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a cinquenta hectares. Não possuía qualquer autorização da DGRF, desconhecendo que tal fosse necessário, e que a plantação tinha sido feita com intenção de rentabilizar o terreno...”-----

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros e ainda por infracção ao disposto no n.º1 do art.º 5º do Dec.-Lei n.º 139/88, de 22 de Abril, punível pela alínea c) do art.º 7º deste mesmo diploma, com coima de 249,40 euros a 22445,90 euros.-----

8- No dia cinco de Junho de dois mil e seis, pelas dezassete horas e trinta minutos, no lugar de “Aboleiro”, Póvoa – Touro, foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao arguido acima referenciado, pelos seguintes motivos:-----

“...Na parcela de terreno acima identificada, em área percorrida por incêndio florestal há cerca de cinco anos, verificou-se existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente 80m² com compasso médio de 1,2X1 metro, com mobilização de solo de lavoura simples sem fins agrícolas, havendo com isso alteração do coberto vegetal não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a cinquenta hectares. Não possuía qualquer autorização da DGRF, desconhecendo que tal fosse necessário, e que a plantação tinha sido feita com intenção de rentabilizar o terreno...”-----

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros e ainda por infracção ao disposto no n.º1 do art.º 5º do Dec.-Lei n.º 139/88, de 22 de Abril, punível pela alínea c) do art.º 7º deste mesmo diploma, com coima de 249,40 euros a 22445,90 euros.-----

9- No dia cinco de Junho de dois mil e seis, pelas dezassete horas e trinta minutos, no lugar de “Vale Carvalhos”, Póvoa – Touro, foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao arguido acima referenciado, pelos seguintes motivos:-----

“...Na parcela de terreno acima identificada, em área percorrida por incêndio florestal há cerca de cinco anos, verificou-se existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente 1,6 ha com compasso médio de 2,6X1,2 metro, com mobilização de solo de lavoura simples sem fins agrícolas, havendo com isso alteração do coberto vegetal não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a cinquenta hectares. Não possuía qualquer autorização da DGRF, desconhecendo que tal fosse necessário, e que a plantação tinha sido feita com intenção de rentabilizar o terreno...”-----

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros e ainda por infracção ao disposto no n.º1 do art.º 5º do Dec.-Lei n.º 139/88, de 22 de Abril, punível pela alínea c) do art.º 7º deste mesmo diploma, com coima de 249,40 euros a 22445,90 euros.-----

10- No dia cinco de Junho de dois mil e seis, pelas dezassete horas e trinta minutos, no lugar de “Ramada”, Póvoa – Touro, foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao arguido acima referenciado, pelos seguintes motivos:-----

“...Na parcela de terreno acima identificada, em área percorrida por incêndio florestal há cerca de cinco anos, verificou-se existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente 1500m² com compasso médio de 1,5X1 metro, com mobilização de solo de lavoura simples sem fins agrícolas, havendo com isso alteração do coberto vegetal não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a cinquenta hectares. Não possuía qualquer autorização da DGRF, desconhecendo que tal fosse necessário, e que a plantação tinha sido feita com intenção de rentabilizar o terreno...”-----

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros e ainda por infracção ao disposto no n.º1 do art.º 5º do Dec.-Lei n.º 139/88, de 22 de Abril, punível pela alínea c) do art.º 7º deste mesmo diploma, com coima de 249,40 euros a 22445,90 euros.-----

DO PROCESSO:-----

1- O processo de contra-ordenação é regulado pelo Dec-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei 244/95, de 14 de Setembro. -----

2- Nos termos do mesmo, e de acordo com o artigo 50º, deve ser assegurada previamente a possibilidade ao arguido de se pronunciar sobre o caso e apresentar as testemunhas que achar por conveniente, a esse facto se reporta a fls 42 e 44 do processo, ou seja foi notificado o arguido por ofício 163/Gabinete Jurídico/06, de 15/11/2006 registado com aviso de recepção e recebido.-----

3- Do direito supra concedido, veio o autuado prestar os seguintes esclarecimentos, dos quais se retiram os seguintes excertos: *Plantou os eucaliptos há cerca de dois anos. Desconhecia que a plantação de eucaliptos carecia de licença ou autorização, e que se soubesse de tal, nunca teria plantado os mesmos sem ter previamente requerido esta. Disse ainda que já ia proceder ao licenciamento dos eucaliptos. Declarou não possuir rendimentos para suportar as coimas em causa, pois a única actividade que exerce é a de agricultor.*-----

Acta N.º 6/2008	
Livro N.º	Folha N.º
34	219

4- Não apresentou testemunhas.-----

5- O presente processo de contra ordenação ocorre por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros, uma vez que é esta a única contra-ordenação da competência desta autarquia.-----

6- Nos termos do art.º 19º o autuado é apenas punido com uma coima cujo limite máximo resulta da soma das coimas concretamente aplicadas à infracção em concurso.-----

DOS FACTOS PROVADOS:-----

Ponderadas as declarações prestadas formou esta autoridade administrativa a seguinte convicção:-----

- O autuado nos dias e horas acima assinaladas violou o disposto na norma incriminadora, ou seja nas parcelas de terrenos acima identificadas, percorridas por incêndio florestal há cerca de cinco anos, verificou-se existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos) com mobilização de solo de lavoura simples sem fins agrícolas, havendo com isso alteração do coberto vegetal não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a cinquenta hectares. Não possuía qualquer autorização da DGRF, desconhecendo que tal fosse necessário, e que a plantação tinha sido feita com intenção de rentabilizar o terreno...”-----

DOS FUNDAMENTOS DE DIREITO:-----

1- Os actos preconizados pelo autuado consubstanciam cada um a prática de uma contra ordenação por violação do art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, e constituem contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros. -----

2- Os factos descritos, em nosso entender, foram imputados ao autuado, porquanto ficou provado que nos dias e horas acima indicados o mesmo praticou efectivamente as infracções constantes nos autos, uma vez que este o afirmou aquando da sua defesa.-----

3- Existe nexo de causalidade entre a prática desses factos e o seu resultado, o que consubstancia a culpa dos seus actos.-----

4- Não ficou provado, que o agente agiu com dolo, ou seja praticou os actos com intenção, nos termos do art.º 8, da Lei Quadro, logo imputa-se-lhe a pratica a titulo de negligência.----

5- O arguido incorre no concurso de contra ordenações, estipulado no art.º 19 da Lei Quadro, porquanto praticou cinco infracções punidas todas com contra ordenação.-----

DA DECISÃO:-----

Na medida de aplicação da coima, de acordo com o art.º 18, da Lei Quadro, deve a Autoridade Administrativa que a aplica ter em consideração os seguintes indicadores:-----

- Gravidade da Contra Ordenação.-----

- Culpa do agente.-----
- A sua situação económica.-----
- E o benefício económico que este retirou da prática da contra ordenação.-----

A estes, acresce ainda de acordo com critérios de equidade adoptados pela Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva o facto de ser a primeira vez que o agente é alvo de processo de contra ordenação na Câmara Municipal, a censurabilidade do acto, bem como a conduta adoptada pelo autuado na remoção ou reparação da ilicitude.-----

ASSIM:-----

Quanto à gravidade da infracção, o fim visado pela norma violada em nossa opinião tem por finalidade assegurar o salutar equilíbrio ambiental ao não permitir a plantação exaustiva de árvores de crescimento rápido, que são por natureza espécies de algum desequilíbrio ecológico. Todavia o autuado obteve a respectiva licença à posteriori, tendo removido assim a ilicitude da acção.-----

No que concerne à culpa ela foi já atrás apreciada, em suma, não foi provado que o arguido agiu com culpa.-----

De facto, atentas as declarações do autuado bem como a circunstância da existência de lei específica pouco conhecida por parte do mesmo induziu-o em erro.-----

Efectivamente, não há muito tempo, as próprias Juntas de Freguesia subsidiadas pela Administração Central, levaram a cabo acções de reflorestação de grandes áreas.-----

O que fez com que motivasse muitos munícipes a reflorestar por iniciativa própria os seus terrenos, de forma a rentabilizá-los da melhor forma possível.-----

Com o intuito de obterem algum lucro dos seus prédios.-----

Ou seja, tais entidades, mais do que incentivar, induziram as populações em erro.-----

Quanto à situação económica o agente nenhuma referência fez, aquando das suas declarações, de que não possuía condições para suportar o pagamento da coima.-----

Ainda com a prática da contra ordenação o agente retirou o benefício económico inerente à rentabilização dos eucaliptos.-----

Acresce que é a primeira vez que o agente é autuado pela prática de uma moldura, desta natureza.-----

- O autuado procedeu ao licenciamento da referida plantação, o que afasta a ilicitude protegida pela norma jurídica, se não vejamos:-----

Como atrás se referiu, o intuito de assegurar o salutar equilíbrio ambiental ao não permitir a plantação exaustiva de árvores de crescimento rápido, que são por natureza espécies de algum desequilíbrio ecológico. Ora, o autuado, ao obter a respectiva licença e mais do que isso, ao ter-lhe sido concedida a mesma, entendeu a entidade competente que esse equilíbrio

Acta N.º 6/2008	
Livro N.º	Folha N.º
34	219

ambiental estaria assegurado. Ainda, os dez autos foram instaurados em cinco de Junho de dois mil e seis.-----

Em onze de Dezembro de dois mil e seis os serviços técnicos da autarquia procederam ao processo de legalização a solicitação do autuado, cfr. Folhas 58 do processo.-----

Constataram que as árvores estavam colocadas à mais ou menos dois anos, cfr. folhas 59 a 63 do processo.-----

O autuado também afirmou nas suas declarações que tinha plantado as arvores à pelo menos dois anos.-----

Se as arvores foram plantadas à dois anos a remodelação de terreno também ocorreu nessa altura.-----

O art.º 27º alínea c) da Lei quadro diz que prescrevem no prazo de um ano aos procedimentos quando se trate de contra ordenação punível até 2493,99 euros.-----

Nestes termos, o presente procedimento prescreveu.-----

----- **8- Processo n.º31/2006, Autuado – Daniel dos Santos Rebelo, residente na Rua Central, n.º13 Póvoa, Freguesia do Touro, Município de Vila Nova de Paiva - Remodelação de terreno sem licença, no lugar de Ribeira, Póvoa, freguesia de Touro.--**

-----**DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações o Executivo deliberou por unanimidade tomar a seguinte DECISÃO, conforme art.º 58º do Dec-Lei n.º 433/82: -----

DO AUTO DE NOTICIA:-----

1- No dia três de Junho de dois mil e seis, pelas dezasseis horas, no lugar de “Ribeira”, Póvoa - Touro, foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao arguido acima referenciada, pelos seguintes motivos:-----

“... Na parcela de terreno acima identificada, verificou-se existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente 1500m² com compasso médio de 2,1x2m, com mobilização de solo sem fins agrícolas, havendo com isso alteração do coberto vegetal não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a 50 há, nem a prejudicar terrenos cultivados vizinhos. Não possuía qualquer autorização.”-----

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros.-----

O presente processo decorre por ter sido destruído o revestimento vegetal não tendo tal destruição fim agrícola, sem que o autuado estivesse munido de licença passada pela Câmara Municipal.-----

DO PROCESSO:-----

1- O processo de contra-ordenação é regulado pelo Dec-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei 244/95, de 14 de Setembro. -----

2- Nos termos do mesmo, e de acordo com o artigo 50º, deve ser assegurada previamente a possibilidade ao arguido de se pronunciar sobre o caso e apresentar as testemunhas que achar por conveniente, a esse facto se reporta a fls 6 do processo, ou seja foi notificado o arguido por ofício 202/Gabinete Jurídico/06, de 12/12/2006 registado com aviso de recepção e recebido.-----

3- Do direito supra concedido, veio o autuado prestar os seguintes esclarecimentos, dos quais se retiram os seguintes excertos: “.... *Desconhecia que a plantação de eucaliptos carecia de licença ou autorização, e que se soubesse de tal, nunca teria plantado os mesmos sem ter previamente requerido esta. Está disposto a legalizar toda a situação. O terreno situa-se numa área de floresta que sofreu um incêndio recentemente. Como o terreno não produzia mais nada, fez a referida plantação para que o terreno, pobre, não ficasse desocupado, uma vez que não se consegue produzir outra cultura. Se o terreno fosse deixado ao abandono, iria ficar cheio de mato, por isso, procedeu à plantação para contribuir para uma melhor protecção da floresta. Declarou ainda que iniciativas destas deveriam ser acolhidas e não punidas, pois assim poderá estar a retirar vontade aos proprietários dos terrenos que façam plantações de árvores, acabando por ficar tudo ao abandono...*”-----

4- Não apresentou testemunhas. -----

DOS FACTOS PROVADOS:-----

1- Ponderadas as declarações prestadas formou esta autoridade administrativa a seguinte convicção:-----

- O autuado no dia e hora acima assinaladas violou o disposto na norma incriminadora, ou seja Na parcela de terreno acima identificada, verificou-se existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente 1500m² com compasso médio de 2,1x2m, com mobilização de solo sem fins agrícolas, havendo com isso alteração do coberto vegetal não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a 50 há, nem a prejudicar terrenos cultivados vizinhos. Não possuía qualquer autorização.”-----

DOS FUNDAMENTOS DE DIREITO:-----

O acto preconizado pela autuada consubstancia a prática de uma contra ordenação por violação do art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros.-----

Os factos descritos, em nosso entender, foram imputados ao autuado, porquanto ficou provado que a referida plantação foi efectuada pelo autuado uma vez que este não o negou aquando da sua defesa, decorrendo da mesma que lhe pode ser imputada a autoria material dos factos.-----

Acta N.º 6/2008	
Livro N.º	Folha N.º
34	219

Existe nexo de causalidade entre a prática desses factos e o seu resultado, o que consubstancia a culpa dos seus actos.-----

Não ficou provado, que o agente agiu com dolo, ou seja praticou os actos com intenção, nos termos do art.º 8, da Lei Quadro, uma vez que este referiu desconhecer a obrigatoriedade de requerer licenciamento prévio.-----

De facto, atentas as declarações do autuado bem como a circunstância da existência de lei específica pouco conhecida por parte do mesmo induziu-o em erro.-----

Efectivamente, não há muito tempo, as próprias Juntas de Freguesia subsidiadas pela Administração Central, levaram a cabo acções de reflorestação de grandes áreas.-----

O que fez com que motivasse muitos munícipes a reflorestar por iniciativa própria os seus terrenos, de forma a rentabilizá-los da melhor forma possível.-----

Com o intuito de obterem algum lucro dos seus prédios.-----

Ou seja, tais entidades, mais do que incentivar, induziram as populações em erro.-----

DA DECISÃO:-----

Na medida de aplicação da coima, de acordo com o art.º 18, da Lei Quadro, deve a Autoridade Administrativa que a aplica ter em consideração os seguintes indicadores:-----

- Gravidade da Contra Ordenação.-----
- Culpa do agente.-----
- A sua situação económica.-----
- E o benefício económico que este retirou da prática da contra ordenação.-----

A estes, acresce ainda de acordo com critérios de equidade adoptados pela Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva o facto de ser a primeira vez que o agente é alvo de processo de contra ordenação na Câmara Municipal, a censurabilidade do acto, bem como a conduta adoptada pelo autuado na remoção ou reparação da ilicitude.-----

ASSIM:-----

Quanto à gravidade da infracção, o fim visado pela norma violada em nossa opinião tem por finalidade assegurar o salutar equilíbrio ambiental ao não permitir a plantação exaustiva de arvores de crescimento rápido, que são por natureza espécies de algum desequilíbrio ecológico.-----

No que concerne à culpa ela foi já atrás apreciada, em suma, não ficou provado que o arguido agiu com culpa.-----

Quanto à situação económica o agente nenhuma referência fez, aquando das suas declarações, de que não possuía condições para suportar o pagamento da coima.-----

Ainda com a prática da contra ordenação o agente retirou o benefício económico inerente à rentabilização dos eucaliptos.-----

Acresce que é a primeira vez que o agente é autuado pela prática de uma moldura, desta natureza.-----

Pese embora o autuado tenha manifestado a intenção de proceder á legalização da plantação na altura não o fez.-----

Porém segundo informações dos serviços florestais a plantação é do início de 2005 aproximadamente.-----

Ora, a mobilização de solos também o é porque é anterior, logo, sendo o auto de três de Junho de 2006 o presente processo prescreveu, porque, o art.º 27, alínea c) da Lei-Quadro das contra-ordenações estipula que prescrevem no prazo de um ano as coimas até ao limite de 2493,99 euros e a coima máxima prevista neste caso é de 997,60 euros. -----

Logo deve o presente processo ser arquivado.-----

-----9- Processos n.º32/2006 e 33/2006, Autuado – Filipe do Amaral Moraes, residente na Rua Camões, n.º13, Freguesia de Vila Cova à Coelheira, Município de Vila Nova de Paiva - Remodelação de terreno sem licença, no lugar de Pougas, freguesia de Vila Cova à Coelheira.-----

-----DELIBERAÇÃO: Após algumas considerações o Executivo deliberou por unanimidade tomar a seguinte DECISÃO, conforme art.º 58º do Dec-Lei n.º 433/82: -----

DO AUTO DE NOTICIA:-----

1- No dia dezasseis de Novembro de dois mil e seis, pelas dez horas, no lugar de “Pougas”, Vila Cova à Coelheira, foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao arguido acima referenciado, pelos seguintes motivos:-----

“... Na parcela de terreno acima identificada, percorrida por incêndio florestal há cerca de três anos, verificou-se existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente 0,2m² com compasso médio de 2,5X1,8 metro, com mobilização de solo sem fins agrícolas, havendo com isso alteração do coberto vegetal não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a cinquenta hectares. Não possuía qualquer autorização.”-----

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros.-----

O presente processo decorre por ter sido destruído o revestimento vegetal não tendo tal destruição fim agrícola, sem que o autuado estivesse munido de licença passada pela Câmara Municipal.-----

DO PROCESSO:-----

O processo de contra-ordenação é regulado pelo Dec-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei 244/95, de 14 de Setembro. -----

Acta N.º 6/2008	
Livro N.º	Folha N.º
34	219

Nos termos do mesmo, e de acordo com o artigo 50º, deve ser assegurada previamente a possibilidade ao arguido de se pronunciar sobre o caso e apresentar as testemunhas que achar por conveniente, a esse facto se reporta a fls 4 do processo, ou seja foi notificado o arguido por ofício 43/Gabinete Jurídico/07, de 16/04/2007 registado com aviso de recepção e recebido.-----

Do direito supra concedido, veio o autuado prestar os seguintes esclarecimentos, dos quais se retiram os seguintes excertos: “...*Desconhecia que a plantação de eucaliptos carecia de licença ou autorização. Disse ainda que, logo que soube dessa imposição legal procedeu ao licenciamento das plantações...*”-----

Não apresentou testemunhas. -----

DOS FACTOS PROVADOS:-----

Ponderadas as declarações prestadas formou esta autoridade administrativa a seguinte convicção:-----

- O autuado no dia e hora acima assinaladas violou o disposto na norma incriminadora, ou seja na parcela de terreno acima identificada, percorrida por incêndio florestal há cerca de três anos, verificou-se existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente 0,2m² com compasso médio de 2,5X1,8 metro, com mobilização de solo sem fins agrícolas, havendo com isso alteração do coberto vegetal não se encontrando a mesma plantação em continuidade com outras da mesma espécie que integre área superior a cinquenta hectares. Não possuía qualquer licença para a mobilização do solo por parte da Câmara Municipal.”-----

DOS FUNDAMENTOS DE DIREITO:-----

O acto preconizado pela autuada consubstancia a prática de uma contra ordenação por violação do art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros.-----

Os factos descritos, em nosso entender, foram imputados ao autuado, porquanto ficou provado que a referida plantação foi efectuada pelo autuado uma vez que este não o negou aquando da sua defesa, decorrendo da mesma que lhe pode ser imputada a autoria material dos factos.-----

Existe nexo de causalidade entre a prática desses factos e o seu resultado, o que consubstancia a culpa dos seus actos.-----

Não ficou provado, que o agente agiu com dolo, ou seja praticou os actos com intenção, nos termos do art.º 8, da Lei Quadro, até porque o autuado referiu que desconhecia a obrigatoriedade de requerer previamente licenciamento.-----

De facto, atentas as declarações do autuado bem como a circunstância da existência de lei específica pouco conhecida por parte do mesmo induziu-o em erro.-----

Efectivamente, não há muito tempo, as próprias Juntas de Freguesia subsidiadas pela Administração Central, levaram a cabo acções de reflorestação de grandes áreas.-----

O que fez com que motivasse muitos munícipes a reflorestar por iniciativa própria os seus terrenos, de forma a rentabilizá-los da melhor forma possível.-----

Com o intuito de obterem algum lucro dos seus prédios.-----

Ou seja, tais entidades, mais do que incentivar, induziram as populações em erro.-----

DA DECISÃO:-----

Na medida de aplicação da coima, de acordo com o art.º 18, da Lei Quadro, deve a Autoridade Administrativa que a aplica ter em consideração os seguintes indicadores:-----

- Gravidade da Contra Ordenação.-----

- Culpa do agente.-----

- A sua situação económica.-----

- E o benefício económico que este retirou da prática da contra ordenação.-----

A estes, acresce ainda de acordo com critérios de equidade adoptados pela Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva o facto de ser a primeira vez que o agente é alvo de processo de contra ordenação na Câmara Municipal, a censurabilidade do acto, bem como a conduta adoptada pelo autuado na remoção ou reparação da ilicitude.-----

ASSIM:-----

Quanto à gravidade da infracção, o fim visado pela norma violada em nossa opinião tem por finalidade assegurar o salutar equilíbrio ambiental ao não permitir a plantação exaustiva de árvores de crescimento rápido, que são por natureza espécies de algum desequilíbrio ecológico.-----

No que concerne à culpa ela foi já atrás apreciada, em suma, não ficou provado que o arguido agiu com culpa.-----

Quanto à situação económica o agente nenhuma referência fez, aquando das suas declarações, de que não possuía condições para suportar o pagamento da coima.-----

Ainda com a prática da contra ordenação o agente retirou o benefício económico inerente à rentabilização dos eucaliptos.-----

Acresce que é a primeira vez que o agente é autuado pela prática de uma moldura, desta natureza.-----

O autuado procedeu ao licenciamento da referida plantação, o que afasta a ilicitude protegida pela norma jurídica senão vejamos,-----

Como atrás se referiu, o intuito do legislador foi assegurar o salutar equilíbrio ambiental ao não permitir a plantação exaustiva de árvores de crescimento rápido, que são por natureza espécies de algum desequilíbrio ecológico. Ora, o autuado, ao obter a respectiva

Acta N.º 6/2008	
Livro N.º	Folha N.º
34	219

autorização, e mais do que isso, ao ter-lhe sido concedida a mesma, entendeu a entidade competente que esse equilíbrio ambiental estaria assegurado.-----

NESTES TERMOS, e após ponderação da matéria constante nos autos **aplica-se ao arguido a admoestação nos termos do art.º 51.º da Lei Quadro e fixam-se as custas do processo, nos termos do Código das Custas Judiciais no valor de 39,90 euros (trinta e nove euros e noventa cêntimos)**, respeitante a encargos com notificações, **cujo pagamento é da responsabilidade do referido arguido, Sr. Filipe do Amaral Moraes**.-----

Esta decisão transitará em julgado, tornando-se definitiva e exequível, se não for impugnada judicialmente, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da notificação, em conformidade com o disposto nos artigos 59º e seguintes do Dec-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com nova redacção introduzida pelo Dec-Lei n.º 244/95, de 14 de Setembro, pelo que o pagamento, nesse caso, deverá efectuar-se, nos termos do disposto no artigo 88º do mesmo diploma, no prazo de 10 dias, subsequentes àqueles vinte, ou antes, mediante guias que o arguido deve solicitar nesta Câmara Municipal. -----

Se for interposto recurso judicial, o tribunal pode decidir mediante audiência ou, caso o arguido e o Ministério Público não se oponham mediante simples despacho. -----

No caso de ser impossível ao arguido efectuar o pagamento dentro do prazo referido, deverá o facto ser-me comunicado por escrito, com antecedência, indicando os fundamentos, para os efeitos do disposto nos números 4 a 6 do artigo 88º do referido Dec-Lei 433/82. Notifique-se nos termos legais. -----

----- **c) Processos de contra ordenação do ano de 2007 da competência da Câmara Municipal** – Informação do Gabinete Jurídico de 26/02/2008 - Apreciação e decisão. -----

----- **1- Processo n.º1/2007, Autuada – Hostilina Mota Sousa Lopes, residente no Lugar de Póvoa, Freguesia do Touro, Município de Vila Nova de Paiva - Remodelação de terreno sem licença, no lugar de Vale de Porcas, freguesia de Touro**.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações o Executivo deliberou por unanimidade tomar a seguinte DECISÃO, conforme art.º 58º do Dec-Lei n.º 433/82: -----

DO AUTO DE NOTICIA:-----

1- No dia vinte e um de Janeiro de dois mil e sete, foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao marido da arguida acima referenciada, pelos seguintes motivos:-----

“... Na parcela de terreno situada na propriedade denominada “Vale de Porcas”, sita na Freguesia de Touro e concelho de Vila Nova de Paiva, se procedeu à plantação de eucaliptos em cerca de 0,15 há, a compasso médio de 2,9x1,7metros, com mobilização de solo para remoção dos infestantes e preparação do solo para a instalação do povoamento”. Não possuía licença passada pela Câmara Municipal.-----

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros.-----

DO PROCESSO:-----

1- O processo de contra-ordenação é regulado pelo Dec-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei 244/95, de 14 de Setembro. -----

2- Nos termos do mesmo, e de acordo com o artigo 50º, deve ser assegurada previamente a possibilidade ao arguido de se pronunciar sobre o caso e apresentar as testemunhas que achar por conveniente, a esse facto se reporta a fls 5 do processo, ou seja foi notificado o arguido por ofício 153/Gabinete Jurídico/07, de 18/04/2007 registado com aviso de recepção e recebido.-----

3- Do direito supra concedido, veio a autuada prestar os seguintes esclarecimentos, dos quais se retiram os seguintes excertos: “.... que o terreno está em seu nome e não do seu marido.. Desconhecia que a plantação de eucaliptos carecia de qualquer tipo de licença. Quando tomou conhecimento da proibição de o fazer procedeu ao licenciamento.”-----

4- Não apresentou testemunhas. -----

DOS FACTOS PROVADOS:-----

1- Ponderadas as declarações prestadas formou esta autoridade administrativa a seguinte convicção:-----

- A autuada no dia e hora acima assinaladas violou o disposto na norma incriminadora, ou seja na parcela de terreno situada na propriedade denominada Vale de Porcas, Póvoa, freguesia de Touro e concelho de Vila Nova de Paiva, procedeu à plantação de eucaliptos em cerca de 0,15 há, a compasso médio de 2,9x1,7metros, com mobilização de solo para remoção dos infestantes e preparação do solo para a instalação do povoamento”. Não possuía qualquer licença .-----

DOS FUNDAMENTOS DE DIREITO:-----

O acto preconizado pela autuada consubstancia a prática de uma contra ordenação por violação do art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros.-----

2- Os factos descritos, em nosso entender, porquanto ficou provado que a referida mobilização dos solos foi efectuada pela autuada uma vez que esta não o negou aquando da sua defesa, decorrendo da mesma que lhe pode ser imputada a autoria material dos factos.---

3- Existe nexo de causalidade entre a prática desses factos e o seu resultado, o que consubstancia a culpa dos seus actos.-----

4- Não ficou provado, que a autuada agiu com dolo, ou seja praticou os actos com intenção, nos termos do art.º 8, da Lei Quadro.-----

Acta N.º 6/2008	
Livro N.º	Folha N.º
34	219

5- De facto, atentas as declarações da autuada bem como a circunstância da existência de lei específica pouco conhecida por parte do mesmo induziu-a em erro.-----

6- Efectivamente, não há muito tempo, as próprias Juntas de Freguesia subsidiadas pela Administração Central, levaram a cabo acções de reflorestação de grandes áreas.-----

7- O que fez com que motivasse muitos munícipes a reflorestar por iniciativa própria os seus terrenos, de forma a rentabilizá-los da melhor forma possível.-----

8- Com o intuito de obterem algum lucro dos seus prédios.-----

9- Ou seja, tais entidades, mais do que incentivar, induziram as populações em erro.-----

DA DECISÃO:-----

Na medida de aplicação da coima, de acordo com o art.º 18, da Lei Quadro, deve a Autoridade Administrativa que a aplica ter em consideração os seguintes indicadores:-----

- Gravidade da Contra Ordenação.-----

- Culpa do agente.-----

- A sua situação económica.-----

- E o benefício económico que este retirou da prática da contra ordenação.-----

A estes, acresce ainda de acordo com critérios de equidade adoptados pela Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva o facto de ser a primeira vez que o agente é alvo de processo de contra ordenação na Câmara Municipal, a censurabilidade do acto, bem como a conduta adoptada pela autuada na remoção ou reparação da ilicitude.-----

ASSIM:-----

Quanto à gravidade da infracção, o fim visado pela norma violada em nossa opinião tem por finalidade assegurar o salutar equilíbrio ambiental ao não permitir a plantação exaustiva de árvores de crescimento rápido, que são por natureza espécies de algum desequilíbrio ecológico.-----

No que concerne à culpa ela foi já atrás apreciada, em suma, não ficou provado que a arguida agiu com culpa.-----

Quanto à situação económica o agente nenhuma referência fez, aquando das suas declarações, de que não possuía condições para suportar o pagamento da coima.-----

Ainda com a prática da contra ordenação o agente retirou o benefício económico inerente à rentabilização dos eucaliptos.-----

Acresce que é a primeira vez que o agente é autuada pela prática de uma moldura, desta natureza.-----

Ainda, a autuada procedeu ao licenciamento da referida plantação, o que afasta a ilicitude protegida pela norma jurídica senão vejamos,-----

Como atrás se referiu, o intuito do legislador foi assegurar o salutar equilíbrio ambiental ao não permitir a plantação exaustiva de árvores de crescimento rápido, que são por natureza

espécies de algum desequilíbrio ecológico. Ora, a autuada, ao obter a respectiva autorização, e mais do que isso, ao ter-lhe sido concedida a mesma, entendeu a entidade competente que esse equilíbrio ambiental estaria assegurado.-----

NESTES TERMOS, e após ponderação da matéria constante nos autos, e de acordo com o estipulado no art.º 19 da Lei Quadro, que manda aplicar ao arguido uma única coima, que não pode ser inferior à mais elevada das coimas concretamente aplicadas às várias contra ordenações, **aplica-se à arguida a admoestação nos termos do art,º 51.º da Lei Quadro, e fixam-se as custas do processo, nos termos do Código das Custas Judiciais no valor de 39,90 euros (trinta e nove euros e noventa cêntimos), respeitante a encargos com notificações, cujo pagamento é da responsabilidade da referida arguida, Sra Hostilina Mota Sousa Lopes.**-----

Esta decisão transitará em julgado, tornando-se definitiva e exequível, se não for impugnada judicialmente, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da notificação, em conformidade com o disposto nos artigos 59º e seguintes do Dec-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com nova redacção introduzida pelo Dec-Lei n.º 244/95, de 14 de Setembro, pelo que o pagamento, nesse caso, deverá efectuar-se, nos termos do disposto no artigo 88º do mesmo diploma, no prazo de 10 dias, subsequentes àqueles vinte, ou antes, mediante guias que o arguido deve solicitar nesta Câmara Municipal. -----

Se for interposto recurso judicial, o tribunal pode decidir mediante audiência ou, caso o arguido e o Ministério Público não se oponham mediante simples despacho. -----

No caso de ser impossível ao arguido efectuar o pagamento dentro do prazo referido, deverá o facto ser-me comunicado por escrito, com antecedência, indicando os fundamentos, para os efeitos do disposto nos números 4 a 6 do artigo 88º do referido Dec-Lei 433/82. Notifique-se nos termos legais. -----

----- **2- Processo n.º2/2007, Autuado – António Rebelo Ramos, residente na Rua Central, n.º 33, Lugar de Póvoa, Freguesia do Touro, Município de Vila Nova de Paiva - Remodelação de terreno sem licença, no lugar de Aboleiro, freguesia de Touro.**-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações o Executivo deliberou por unanimidade tomar a seguinte DECISÃO, conforme art.º 58º do Dec-Lei n.º 433/82: -----

DO AUTO DE NOTICIA:-----

1- No dia vinte e cinco de Janeiro de dois mil e sete, pelas nove horas, no lugar de “Aboleiro”, Póvoa, foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao arguido acima referenciado, pelos seguintes motivos:-----

“... Na parcela de terreno acima identificada, verificou-se a existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente de 0,1 há, com compasso

Acta N.º 6/2008	
Livro N.º	Folha N.º
34	219

médio de 3x2 metros, recorrendo a mobilização de solo para remoção dos infestantes e preparação do solo para a instalação do povoamento”.-----

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros.-----

O presente processo decorre por ter sido destruído o revestimento vegetal não tendo tal destruição fim agrícola, sem que o autuado estivesse munido de licença passada pela Câmara Municipal.-----

DO PROCESSO:-----

O processo de contra-ordenação é regulado pelo Dec-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei 244/95, de 14 de Setembro. -----

Nos termos do mesmo, e de acordo com o artigo 50º, deve ser assegurada previamente a possibilidade ao arguido de se pronunciar sobre o caso e apresentar as testemunhas que achar por conveniente, a esse facto se reporta a fls 4 do processo, ou seja foi notificado o arguido por ofício 52/Gabinete Jurídico/07, de 16/04/2007 registado com aviso de recepção e recebido.-----

Do direito supra concedido, veio o autuado prestar os seguintes esclarecimentos, dos quais se tiram os seguintes excertos: “....Desconhecia a necessidade de proceder ao prévio licenciamento de plantação de eucaliptos. A plantação foi efectuada há mais de 4 anos. Já procedeu à sua legalização.-----

Não apresentou testemunhas. -----

DOS FACTOS PROVADOS:-----

1- Ponderadas as declarações prestadas formou esta autoridade administrativa a seguinte convicção:-----

- O autuado no dia e hora acima assinaladas violou o disposto na norma incriminadora, ou seja na parcela de terreno acima identificada, verificou-se a existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente de 0,1 há, com compasso médio de 3x2 metro, recorrendo a mobilização de solo para remoção dos infestantes e preparação do solo para a instalação do povoamento”. Não possuía qualquer licença para a mobilização do solo por parte da Câmara Municipal.-----

DOS FUNDAMENTOS DE DIREITO:-----

O acto preconizado pelo autuado consubstancia a prática de uma contra ordenação por violação do art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros.-----

Os factos descritos, em nosso entender, foram imputados ao autuado, porquanto ficou provado que a referida plantação foi efectuada pelo autuado uma vez que este não o negou

aquando da sua defesa, decorrendo da mesma que lhe pode ser imputada a autoria material dos factos.-----

Existe nexo de causalidade entre a prática desses factos e o seu resultado, o que consubstancia a culpa dos seus actos.-----

Não ficou provado, que o agente agiu com dolo, ou seja praticou os actos com intenção, nos termos do art.º 8, da Lei Quadro, até porque o autuado referiu desconhecer a necessidade da licença prévia para a mobilização de solos.-----

De facto, atentas as declarações do autuado bem como a circunstância da existência de lei específica pouco conhecida por parte do mesmo induziu-o em erro.-----

Efectivamente, não há muito tempo, as próprias Juntas de Freguesia subsidiadas pela Administração Central, levaram a cabo acções de reflorestação de grandes áreas.-----

O que fez com que motivasse muitos munícipes a reflorestar por iniciativa própria os seus terrenos, de forma a rentabilizá-los da melhor forma possível.-----

Com o intuito de obterem algum lucro dos seus prédios.-----

Ou seja, tais entidades, mais do que incentivar, induziram as populações em erro.-----

Sucedem que o autuado referiu que a plantação foi efectuada há quatro anos-----

Os serviços da Câmara Municipal confirmam a previsibilidade da data de plantação como tendo quatro anos, cfr. folhas 10.-----

O auto de contra ordenação foi instaurado em 25 de Janeiro de 2007.-----

Ora, o art.º 27, alínea c) da Lei-Quadro das contra-ordenações estipula que prescrevem no prazo de um ano as coimas até ao limite de 2493,99 euros e a coima máxima prevista neste caso é de 997,60 euros. -----

DA DECISÃO:-----

Nestes termos, o presente procedimento prescreveu pelo que deve ser arquivado.-----

----- **3- Processo n.º07/2007, Autuado – Sebastião Teixeira Ribeiro, residente na Rua do Chão Riengo, Freguesia de Alhais, Município de Vila Nova de Paiva - Remodelação de terreno sem licença, no lugar de Lameiras, freguesia de Alhais.**-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações o Executivo deliberou por unanimidade tomar a seguinte DECISÃO, conforme art.º 58º do Dec-Lei n.º 433/82: -----

DO AUTO DE NOTICIA:-----

1- No dia trinta de Maio de dois mil e sete, pelas nove horas e quarenta minutos, no lugar de “Lameiras”, foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao arguido acima referenciado, pelos seguintes motivos:-----

“... Na parcela de terreno acima identificada, verificou-se a existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente 1000m² com compasso médio de 1,8x1,6metro, com mobilização de solo sem fins agrícolas.-----

Acta N.º 6/2008	
Livro N.º	Folha N.º
34	219

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros.-----

O presente processo decorre por ter sido destruído o revestimento vegetal não tendo tal destruição fim agrícola, sem que o autuado estivesse munido de licença passada pela Câmara Municipal.-----

DO PROCESSO:-----

O processo de contra-ordenação é regulado pelo Dec-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei 244/95, de 14 de Setembro. -----

Nos termos do mesmo, e de acordo com o artigo 50º, deve ser assegurada previamente a possibilidade ao arguido de se pronunciar sobre o caso e apresentar as testemunhas que achar por conveniente, a esse facto se reporta a fls 4 do processo, ou seja foi notificado o arguido por ofício 49/Gabinete Jurídico/07, de 31/08/2007 registado com aviso de recepção e recebido.-----

Do direito supra concedido, veio o autuado prestar os seguintes esclarecimentos, dos quais se tiram os seguintes excertos: “....Desconhecia a necessidade de proceder ao prévio licenciamento de plantação de eucaliptos. A plantação foi efectuada em 2003. Os ditos eucaliptos já são grandes o que comprovam já foram plantados à muito tempo.-----

Não apresentou testemunhas. -----

DOS FACTOS PROVADOS:-----

Ponderadas as declarações prestadas formou esta autoridade administrativa a seguinte convicção:-----

- O autuado no dia e hora acima assinaladas violou o disposto na norma incriminadora, ou seja na parcela de terreno acima identificada, verificou-se a existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente de 1000m², com compasso médio de 1,8x1,6 metros, com mobilização de solo sem fins agrícolas. Não possuía qualquer licença para a mobilização do solo por parte da Câmara Municipal.-----

DOS FUNDAMENTOS DE DIREITO:-----

O acto preconizado pelo autuado consubstancia a prática de uma contra ordenação por violação do art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros.-----

Os factos descritos, em nosso entender, foram imputados ao autuado, porquanto ficou provado que a referida plantação foi efectuada pelo autuado uma vez que este não o negou aquando da sua defesa, decorrendo da mesma que lhe pode ser imputada a autoria material dos factos.-----

Existe nexó de causalidade entre a prática desses factos e o seu resultado, o que consubstancia a culpa dos seus actos.-----

Não ficou provado, que o agente agiu com dolo, ou seja praticou os actos com intenção, nos termos do art.º 8, da Lei Quadro.-----

De facto, atentas as declarações do autuado bem como a circunstância da existência de lei específica pouco conhecida por parte do mesmo induziu-o em erro.-----

Efectivamente, não há muito tempo, as próprias Juntas de Freguesia subsidiadas pela Administração Central, levaram a cabo acções de reflorestação de grandes áreas.-----

O que fez com que motivasse muitos munícipes a reflorestar por iniciativa própria os seus terrenos, de forma a rentabilizá-los da melhor forma possível.-----

Com o intuito de obterem algum lucro dos seus prédios.-----

Ou seja, tais entidades, mais do que incentivar, induziram as populações em erro.-----

Sucedem que o autuado referiu que a plantação foi efectuada em Abril de 2003.-----

Os serviços da Câmara Municipal confirmam a previsibilidade da data de plantação como tendo quatro anos, cfr. folhas 7.-----

O auto de contra ordenação foi instaurado em 30 de Maio de 2007.-----

Ora, o art.º 27, alínea c) da Lei-Quadro das contra-ordenações estipula que prescrevem no prazo de um ano as coimas até ao limite de 2493,99 euros e a coima máxima prevista neste caso é de 997,60 euros. -----

DA DECISÃO:-----

Nestes termos, o presente procedimento prescreveu pelo que deve ser arquivado.-----

----- **4- Processo n.º8/2007, Autuado – Delfim Afonso, residente na Rua Capitão Correia de Campos, n.º 7, Freguesia e Município de Vila Nova de Paiva - Remodelação de terreno sem licença, no lugar de Vale de Cabra, freguesia e concelho de Vila Nova de Paiva.**-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações o Executivo deliberou por unanimidade tomar a seguinte DECISÃO, conforme art.º 58º do Dec-Lei n.º 433/82: -----

DO AUTO DE NOTICIA:-----

1- No dia trinta de Maio de dois mil e sete, pelas oito horas e quarenta minutos, no lugar de “Vale de Cabra”, foi instaurado auto de notícia de contra ordenação ao arguido acima referenciado, pelos seguintes motivos:-----

“... Na parcela de terreno acima identificada, verificou-se a existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente 1,900m² com compasso médio de 1,7x2,3 metros, recorrendo a mobilização de solo em lavoura contínua sem fins agrícolas, havendo com isso alteração ao coberto vegetal.-----

Tal facto, por infracção ao art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros.-----

Acta N.º 6/2008	
Livro N.º	Folha N.º
34	219

O presente processo decorre por ter sido destruído o revestimento vegetal não tendo tal destruição fim agrícola, sem que o autuado estivesse munido de licença passada pela Câmara Municipal.-----

DO PROCESSO:-----

O processo de contra-ordenação é regulado pelo Dec-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei 244/95, de 14 de Setembro. -----

Nos termos do mesmo, e de acordo com o artigo 50º, deve ser assegurada previamente a possibilidade ao arguido de se pronunciar sobre o caso e apresentar as testemunhas que achar por conveniente, a esse facto se reporta a fls 4 do processo, ou seja foi notificado o arguido por ofício 51/Gabinete Jurídico/07, de 31/08/2007 registado com aviso de recepção e recebido.-----

Do direito supra concedido, veio o autuado prestar os seguintes esclarecimentos, dos quais se retiram os seguintes excertos: “....Desconhecia a necessidade de proceder ao prévio licenciamento de plantação de eucaliptos. A plantação foi efectuada em Outubro de 2003. Já procedeu à sua legalização.-----

Não apresentou testemunhas. -----

DOS FACTOS PROVADOS:-----

Ponderadas as declarações prestadas formou esta autoridade administrativa a seguinte convicção:-----

- O autuado no dia e hora acima assinaladas violou o disposto na norma incriminadora, ou seja na parcela de terreno acima identificada, verificou-se a existência de uma plantação de espécie de crescimento rápido (eucaliptos), em aproximadamente de 1900m², com compasso médio de 1,7x2,3 metros, com mobilização de solo em lavoura continua sem fins agrícolas, havendo com isso alteração do coberto vegetal. Não possuía qualquer licença para a mobilização do solo por parte da Câmara Municipal.-----

DOS FUNDAMENTOS DE DIREITO:-----

O acto preconizado pelo autuado consubstancia a prática de uma contra ordenação por violação do art.º 1, n.º 1, do Dec.-Lei n.º 139/89 de 28/04, constitui contra ordenação prevista e punida no art.º 3, n.º 1, com coima de 498,80 euros a 997,60 euros.-----

Os factos descritos, em nosso entender, foram imputados ao autuado, porquanto ficou provado que a referida plantação foi efectuada pelo autuado uma vez que este não o negou aquando da sua defesa, decorrendo da mesma que lhe pode ser imputada a autoria material dos factos.-----

Existe nexo de causalidade entre a prática desses factos e o seu resultado, o que consubstancia a culpa dos seus actos.-----

Não ficou provado, que o agente agiu com dolo, ou seja praticou os actos com intenção, nos termos do art.º 8, da Lei Quadro, até porque o autuado referiu desconhecer a necessidade de licença prévia para a mobilização de solos.-----

De facto, atentas as declarações do autuado bem como a circunstância da existência de lei específica pouco conhecida por parte do mesmo induziu-o em erro.-----

Efectivamente, não há muito tempo, as próprias Juntas de Freguesia subsidiadas pela Administração Central, levaram a cabo acções de reflorestação de grandes áreas.-----

O que fez com que motivasse muitos munícipes a reflorestar por iniciativa própria os seus terrenos, de forma a rentabilizá-los da melhor forma possível.-----

Com o intuito de obterem algum lucro dos seus prédios.-----

Ou seja, tais entidades, mais do que incentivar, induziram as populações em erro.-----

Sucede que o autuado referiu que a plantação foi efectuada em Outubro de 2003.-----

Os serviços da Câmara Municipal confirmam a previsibilidade da data de plantação como tendo quatro anos, cfr. folhas 7.-----

O auto de contra ordenação foi instaurado em 30 de Maio de 2007.-----

Ora, o art.º 27, alínea c) da Lei-Quadro das contra-ordenações estipula que prescrevem no prazo de um ano as coimas até ao limite de 2493,99 euros e a coima máxima prevista neste caso é de 997,60 euros. -----

DA DECISÃO:-----

Nestes termos, o presente procedimento prescreveu pelo que deve ser arquivado.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

----- A presente acta foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o N.º 3 do art.º 92º da Lei N.º 169/99 de 18.09, e foi assinada pelos membros que a aprovaram.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e trinta minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Presidente da reunião e por mim que a secretariei.-----

